

Edital sem erros | Defesa e Recurso nas Licitações

Com **Gisella Leitão**

Carga horária: 08 horas

1º Dia

Fundamentos e instrumentos administrativos de controle

Módulo 1 – Introdução e Contexto Geral

- Panorama da evolução legislativa: da Lei nº 8.666/93 à Lei nº 14.133/2021.
- A importância do controle preventivo na licitação.
- Princípios: vinculação ao edital, julgamento objetivo e publicidade.
- Diferenças entre:
 - Pedido de esclarecimento
 - Impugnação
 - Recurso administrativo

Módulo 2 – Pedido de Esclarecimento

- Conceito, finalidade e fundamento legal.
- Quem pode apresentar e prazos aplicáveis.
- Efeitos vinculantes da resposta da Administração.
- Jurisprudência TCU e exemplos práticos.
- Atividade prática: análise coletiva de casos reais.

Módulo 3 – Impugnação ao Edital

- Conceito e base constitucional: direito de petição.
- Diferenças em relação ao pedido de esclarecimento.
- Legitimidade ativa, prazos e efeitos.
- Exigências desproporcionais, direcionamento de marca, prazos exíguos.
- Jurisprudência TCU.
- Atividade prática: simulação de impugnação a edital com vício.

2º Dia

Recurso administrativo, jurisprudência aplicada e outros meios de contestação

Módulo 4 – Recurso Administrativo

- Conceito e hipóteses de cabimento:
- Julgamento das propostas
- Habilitação/inabilitação
- Outras decisões do pregoeiro
- Procedimento completo:
- Manifestação de intenção
- Prazos para razões e contrarrazões
- Juízo de retratação
- Decisão da autoridade superior
- Efeito suspensivo e questões controvertidas (preclusão, autotutela, inversão de fases).
- Atividade prática: simulação de recurso no pregão eletrônico.

Módulo 5 – Casos Práticos e Jurisprudência

- Acórdãos relevantes do TCU:
- Respostas genéricas
- Impugnações intempestivas
- Preclusão e autotutela
- Boas práticas para evitar nulidades e responsabilizações.

Módulo 6 – Outros Meios de Contestar o Edital

- Representação aos órgãos de controle (TCU, controle interno): fundamentos, cabimento e efeitos.
- Mandado de Segurança como instrumento de proteção dos licitantes.
- Relação entre vias administrativa e judicial.
- Atividade prática: estudo de caso sobre representação e MS.

Encerramento

- Revisão dos pontos-chave.
- Dúvidas e debate com os participantes.
- Orientações práticas finais.